



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer ao Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte, informações e cópias integrais dos contratos efetuados com o Sindicato das Associações de Futebol (Sindafebol).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado o pedido de informações, a seguir formulado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte, sobre contratos efetuados com o Sindicato das Associações de Futebol (Sindafebol).

É importante que o parlamento tome conhecimento do conteúdo dos convênios, para tanto solicitamos:

- 1) O texto integral dos contratos firmados entre o Ministério e o Sindicato das Associações de Futebol (Sindafebol) de 2008 a 2011;
- 2) Que atividades foram desenvolvidas com os recursos repassados pelo Ministério;
- 3) Com base em quais critérios o Ministério do Esporte optou em firmar convênio com a entidade, dispensada a licitação;
- 4) Cópia do parecer contrário da consultoria jurídica do Ministério, que apontou ausência de "requisitos legais" e fragilidade na capacidade técnica, entre outros problemas.



Câmara dos Deputados

- 5) Texto integral das prestações de contas efetuadas pela entidade com os recursos repassados pelo Ministério.
- 6) Informações completas sobre o Projeto Tocida Legal.

JUSTIFICATIVA

O Estado de São Paulo de 31 de agosto apresenta matéria sobre possíveis fraudes em convênios firmados entre o Ministério do Esporte e o Sindicato das Associações de Futebol: “O governo federal repassou R\$ 6,2 milhões a um sindicato de cartolas do futebol para um projeto da Copa do Mundo de 2014 que nunca saiu do papel. Sem licitação, o Ministério do Esporte contratou o Sindicato das Associações de Futebol (Sindafebol), presidido pelo ex-presidente do Palmeiras Mustafá Contursi, para fazer o cadastramento das torcidas organizadas dentro dos preparativos para a Copa. O contrato foi assinado no dia 31 de dezembro de 2010 e todo o dinheiro liberado, de uma vez só, em 11 de abril deste ano. O projeto, porém, jamais andou.”.

Diante de novas denúncias de fraudes em convênios firmados entre o Ministério do Esporte e entidades esportivas, é mister que o Congresso cumpra seu papel institucional de fiscalização, em defesa do patrimônio pública e da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em de agosto de 2011.

Deputado Rubens Bueno

PPS/PR